

# Absolute Cultura. Absolute Democracia



» MARGARETH MENEZES  
Ministra da Cultura do Brasil

"Está fervilhando." Foi assim que o ator Wagner Moura resumiu o atual momento da nossa cultura ao ser questionado sobre o brilho recente do audiovisual brasileiro no cenário global. Da aclamação em Cannes às premiações no Globo de Ouro, chegando às históricas quatro indicações ao Oscar, o Brasil voltou a ocupar o lugar que é seu por direito: o topo. E, ao explicar esse fenômeno, Wagner foi direto e preciso: "Isso é apenas a democracia".

O que a internet hoje celebra com o meme "Absolute Cinema", aquele selo simbólico de qualidade para o que é verdadeiramente marcante, é, na verdade, o resultado de um país que voltou a respirar e a investir em si mesmo. Não é sorte, não é milagre. E, embora o talento do nosso povo seja infinito, não se trata apenas de inspiração. Trata-se de política pública.

O audiovisual brasileiro tem o que chamamos de "molho", uma identidade única, um borogodó que algoritmo nenhum consegue replicar. Esse brilho especial transborda em obras de realizadores como Walter Salles e Kleber Mendonça Filho, e também de diretoras como Anna Muylaert, Julia Murat e Marianna Brennand, que vêm conquistando reconhecimento e prêmios em importantes festivais internacionais. São filmes que levam a nossa essência, dos territórios às grandes cidades, das memórias íntimas às questões coletivas, para as telas do mundo.

Mas esse "molho" não circula sozinho. Ele precisa de estrutura, fomento e visão de Estado. Desde 2023, o governo federal retomou com força o investimento público no audiovisual, reconhecendo o setor como estratégico para o desenvolvimento econômico, cultural e simbólico do país. Entre 2023 e 2025, foram aportados mais de R\$ 5,7 bilhões no setor audiovisual brasileiro, somando recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e das Leis de Incentivo.

O Ministério da Cultura (MinC) atua para que esse investimento se traduza em obras, circulação e acesso. Apenas nas chamadas públicas de produção do audiovisual em 2024 e 2025, foram contempladas, aproximadamente, 852 obras, distribuídas entre o Seletivo de Cinema (160 projetos), o Seletivo de TV e VoD (133 projetos) e os Arranjos Regionais do Audiovisual, que impulsionaram 559 obras em todas as regiões do país. É a democracia cultural operando na prática, garantindo que diferentes vozes, sotaques e territórios tenham condições reais de produzir e existir no mercado.

Enquanto *Ainda estou aqui* reafirma o vigor do nosso talento e da nossa capacidade criativa, filmes como *Manas* e *O agente secreto* demonstram como o Estado



brasileiro impulsiona esse talento. Essas obras premiadas contaram com o braço estruturante do FSA e da Ancine, evidenciando que o investimento público é decisivo para transformar a criação artística em filmes competitivos, com alcance internacional, e para consolidar o audiovisual como uma indústria sólida e sustentável.

Os números confirmam essa força. Segundo dados da Motion Picture Association e da Ancine, o audiovisual brasileiro é hoje responsável por injetar R\$ 70,2 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) do país. O setor sustenta mais de 608 mil empregos qualificados e movimenta uma ampla cadeia produtiva. Cada vaga criada em um set de filmagem impulsiona outras quatro na economia real, do transporte ao buffet, da segurança ao setor jurídico.

Essa engrenagem funciona em escala nacional e também internacional. Entre 2023 e 2025, foram emitidos 7.898 Certificados de Produto Brasileiro (CPBs) para obras de espaço qualificado, evidenciando a retomada consistente da produção. No mesmo período,

124 obras brasileiras independentes foram concluídas em regime de coprodução internacional, com destaque para 2024, que registrou o maior número da série histórica: 50 obras finalizadas, prontas para circular no mercado interno e externo.

A expressiva presença de filmes brasileiros em grandes festivais internacionais, como o Festival de Berlim, comprova que consolidamos uma verdadeira esteira de produção, circulação e reconhecimento. Estar do lado do povo brasileiro é proteger esse patrimônio cultural e econômico, avançar na regulação do streaming e reforçar o Fundo Setorial do Audiovisual, garantindo que a propriedade intelectual das nossas obras permaneça com o Brasil e continue gerando valor, empregos e identidade.

A "fervura" que Wagner Moura sente, e que todos nós vemos nas salas de cinema cheias, é a celebração da nossa soberania cultural. Não é acaso. Não é improviso. É a democracia devolvendo ao Brasil o direito de se enxergar, se orgulhar e prosperar.

Absolute Cultura. Absolute Democracia.

## Fim de uma era



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista

A Europa foi o centro do mundo desde que as grandes navegações começaram a moldar a geopolítica em que vivemos. Portugal e Espanha dividiram o mundo por intermédio do Tratado de Tordesilhas, que não foi reconhecido por franceses, ingleses e holandeses. Uns invadiram os outros e começaram a dividir as áreas de interesse. Ingleses se espalharam pelos continentes e criaram o império onde o sol jamais se punha, com a inclusão da Índia, a joia da Coroa. Faz sentido. O diamante Koh-i-Noor, um dos maiores diamantes lapidados do mundo, originário da Índia, é a peça central da coroa britânica. O diamante pertencente à Índia foi "cedido" à rainha Vitória em 1848.

Os europeus dividiram a África entre si, com exceção do Congo Belga, que se transformou em posse particular do rei Leopoldo II. Europeus se espalharam pela África e pelas Américas. No sul, Espanha e Portugal dividiram o território. No norte, ingleses dominaram as 13 colônias que se formaram ao longo do Atlântico. Depois, Napoleão vendeu a Louisiana para os norte-americanos, que, em seguida, compraram a Flórida dos espanhóis, o Alaska dos russos e invadiram o México para fazer a costa oeste com Califórnia, Texas, Novo México e outros estados. Surgiu o país chamado Estados Unidos, que fez a guerra de independência contra a Inglaterra com auxílio bélico efetivo dos franceses.

Sem falar no processo de colonização da Ásia e do Oriente Médio, tudo, portanto, começa, na história moderna, pela Europa. Os europeus brigaram entre si duas vezes no século passado. Da segunda, o mundo ocidental sobreviveu por causa da efetiva participação dos Estados Unidos. Evitou a queda da Inglaterra e seu auxílio foi fundamental para auxiliar a União Soviética a superar a máquina de guerra nazista. Não fosse esse auxílio, os europeus hoje estariam falando alemão.

E, na Ásia, os povos estariam dominados pelo Japão imperialista. Tudo isso tem preço. Ingleses terminaram de pagar suas dívidas de guerra com os Estados Unidos em 2006. A China recuperou sua independência, expulsou os japoneses da Manchúria e, hoje, é uma potência. A Coreia do Sul, também expulsou os japoneses, e se transformou num tigre asiático, depois de fazer guerra contra seu vizinho do Norte.

Esse mundo, aparentemente, acabou nesta semana.

Donald Trump anunciou que cada país que integra a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) terá que pagar pela proteção que Washington oferece ao continente. Acabou o conforto do guarda-chuva norte-americano. Cada um por si. Lembra o momento quando o russo Mikhail Gorbachev anunciou aos países que integravam a União Soviética que não mais teriam a proteção do Exército Vermelho. Eles optaram pela independência e dissolveram o mundo comunista. Fenômeno semelhante, com sinal trocado, está acontecendo neste momento. Com o agravante de que Trump quer colocar a Groenlândia sob domínio dos Estados Unidos. Sonha em ter o Canadá integrado a seu território. (O Canadá, formalmente, pertence à Comunidade Britânica de Nações, sua autoridade maior é o rei da Inglaterra).

As consequências diretas são claras: a Otan aparentemente perdeu o sentido, uma vez que ela foi criada para conter uma possível invasão dos comunistas. Os comunistas não existem mais, porém Vladimir Putin insiste em dominar a Ucrânia, o que ameaça os países da Europa Ocidental. Trump não faz qualquer pressão contra os russos. Prefere que Zelensky, o ucraniano, faça as concessões para acabar com o conflito. Os europeus estão em pânico porque não possuem meios e modos para confrontar os norte-americanos. Em termos bélicos, nem pensar. No capítulo comércio, podem promover algum dano ao adversário, mas vão sofrer muito mais.

O anunciado tratado entre a União Europeia e o Mercosul sofreu um abalo. Ele terá que ser examinado por instâncias judiciais. Os caipiras são reacionários e temem os produtos originários dos países do sul que são melhores e de menor custo. Eles prejudicam a comunidade na defesa de seus subsídios. Os norte-americanos que construíram o maior império da atualidade elegeram um czar para dirigir suas necessidades. Ele pensa apenas em dinheiro, lucro, investimento e manter o mercado de emprego ativo dentro de suas fronteiras.

O primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, foi objetivo. Disse, em Davos, que "a velha ordem não vai regressar. Estamos no meio de uma ruptura, não de uma transição". Mais claro impossível. O discurso dele foi impressionante. Não reproduzo aqui por falta de espaço. Ele anunciou que seu país vai dobrar o investimento em defesa, com base na indústria local, melhorar o ambiente de negócios, reduzir impostos, incentivar exportações e procurar acordos comerciais com países ou grupos de países, inclusive o Mercosul. Sem querer, o canadense anunciou excelente programa de governo para candidatos que pretendem disputar a Presidência no Brasil, na eleição deste ano.



» ANTONIO SOLÓN RUDÁ  
Advogado e pesquisador em direito penal e do trabalho, autor da Teoria Significativa da Imputação

O racismo não é apenas uma infração à honra, mas uma agressão direta ao bem jurídico e à dignidade igualitária. Cada fala, gesto ou prática discriminatória nega a alguém o direito de existir em pé de igualdade no espaço público. A Teoria Significativa da Imputação (TSI) permite recolocar essa discussão no lugar certo: não se trata só de "se houve racismo", mas de "como imputamos responsabilidade, em qual espécie e com quais consequências".

A TSI parte de uma ideia simples: não existe "dolo eventual". Ou o agente quer o resultado discriminatório (dolo), ou atua em alguma forma de imprudência, consciente ou inconsciente. A distinção não é de etiqueta, mas de significado: qual mensagem pública queremos enviar ao qualificar uma conduta como dolosa ou imprudente em matéria de racismo?

Nos crimes de racismo e na injúria racial, o ponto de partida é sempre a linguagem em uso. Uma mesma palavra pode ser neutra em certo contexto e devastadora em outro. O significado não está no dicionário, mas no jogo de linguagem: quem fala, para quem, em qual cenário, com que histórico de opressão, sob qual assimetria de poder. Um chefe que "brinca" com

o cabelo de uma funcionária negra, um torcedor que imita macaco no estádio, um policial que revista corpos negros de forma seletiva: em todos esses casos, o que importa é o conjunto de sinais públicos de vontade, conhecimento, previsibilidade e decisão.

Os sete quesitos significativos organizam essa leitura. Pergunto se havia vontade de humilhar ou excluir (Q1), se o autor sabia do caráter racista da expressão ou prática (Q2), se podia prever o resultado discriminatório (Q3) e se essa previsibilidade era necessária ou apenas eventual (Q4). Em seguida, examino se houve indiferença (Q5), aceitação ou não aceitação do risco (Q6), e, por fim, se a decisão foi livre (Q7). A combinação dessas respostas é que permite dizer se há dolo ou alguma modalidade de imprudência consciente (gravíssima, grave ou leve).

Em uma sociedade marcada por racismo estrutural, muitas condutas já não cabem na zona confortável da "previsibilidade eventual". Alguém que é dirigente de clube de futebol, faz gestão de recursos humanos, atua profissionalmente na comunicação, por exemplo, não pode alegar ignorância inocente sobre o impacto de certas expressões ou políticas seletivas. Na TSI, isso desloca o eixo para a previsibilidade necessária: o resultado discriminatório é um desenlace óbvio, que o agente conhece e, ainda assim, decide produzir ou arriscar. Quando há vontade significativa de inferiorizar ou excluir, estamos no dolo. Quando não há vontade, mas o agente atua com plena consciência de que o resultado é praticamente inevitável, ingressamos na imprudência consciente gravíssima.

A grande tentação do momento histórico é "dofificar" tudo em nome de uma justa indignação

antirracista. A TSI recusa esse atalho. Se a acusação pretende falar em dolo, precisa mostrar sinais externos de vontade discriminatória, não apenas estatísticas de práticas racistas ou o clamor social. Porém, ao mesmo tempo, a teoria não suaviza o problema: ela permite qualificar como imprudência consciente de alto grau condutas que hoje são tratadas como meros "excessos" ou "brincadeiras", sobretudo quando praticadas por agentes em posição de poder, depois de treinamentos e advertências formais.

Do ponto de vista prático, a TSI contribui em várias frentes: primeiro, oferece um roteiro de análise para Ministério Público, defesa e magistratura, evitando decisões intuitivas ou puramente emocionais em casos de racismo; segundo, obriga a reconstruir com seriedade o contexto: histórico de falas, assimetria de poder, avisos prévios, medidas de evitação sinceras ou apenas formais; terceiro, ajuda a calibrar a resposta: reservar o rótulo de dolo para a vontade de discriminar, identificar a imensa zona de imprudência consciente gravíssima que o racismo estrutural produz e, a partir daí, definir sanções penais, civis e disciplinares proporcionais, mas firmes.

Uma justiça verdadeiramente antirracista exige mais do que slogans. Exige tomar o significado das práticas racistas a sério, situá-las nos seus jogos de linguagem e responsabilizar os autores com base em critérios auditáveis. A TSI se oferece como essa arquitetura: nem complacente, nem vingativa, mas comprometida com uma imputação que proteja, de modo efetivo, a dignidade igualitária que o racismo todos os dias tenta negar.